



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA SERVIÇO CONTÍNUO COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA / SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA Pregão Eletrônico nº __/2023 - Processo Administrativo nº 4216/2022

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços terceirizados continuados de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, composta por serviços de inspeção, instalação, reparos de alvenaria, infraestrutura (civil), hidráulica, eletricidade, dados, serralheria, carpintaria, marcenaria, jardinagem, central de alarme de incêndio, ar condicionado (splits), equipamentos de segurança e combate a incêndio, emissão de laudos e manutenção geral das estruturas das unidades do Coren-SP, conforme quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. O detalhamento completo do objeto, resumido na tabela abaixo, segue descrito neste Termo de Referência e nos anexos: II – Especificações Técnicas; III – Descrição das Unidades; IV – Rotinas de Manutenção; V – Manutenção de Aparelhos de Climatização e Refrigeração; VI – Manutenção de Jardins, Gramados e Plantas em Vasos; VII – Recarga de Extintores; VIII – Planilha de Custos e Formação de Preços e IX – Instrumento de Medição de Resultados (IMR).

GRUPO	CATSER	ITEM	SUBITEM	DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL	VALOR 30 MESES ESTIMADO		
ÚNICO	1627	1	1.1	Fornecimento de mão de obra com dedicação exclusiva, com previsão de insumos e ferramentas	Eletricista Predial - CBO 9511-05	R\$ 9.579,07	R\$ 287.372,10	
			1.2		Oficial de Manutenção - CBO 5143-25	R\$ 15.982,02	R\$ 479.460,60	
			1.3		Encarregado - CBO 7102-05	R\$ 13.745,34	R\$ 412.360,20	
			N/A		Total		R\$ 1.179.192,90	
		2	2.1	Fornecimento de mão de obra SEM dedicação exclusiva, equipe volante permanente - manutenção preventiva e corretiva - com previsão de EPIs, insumos e ferramentas (Oficial de Manutenção,Engenheiro Civil, Pintor e Jardineiro)	Oficial de Manutenção - CBO 5143-25	N/A	R\$ 527.588,10	
			2.2		Engenheiro Civil - CBO 2142-05	N/A		
			2.3		Pintor CBO 7233-10	N/A		
			2.4		Jardineiro - CBO 6220-20	N/A		
			N/A		BDI	26,27%	R\$ 138.578,59	
			Total		R\$ 666.166,69			
		3	3.1	Fornecimento de mão de obra SEM dedicação exclusiva (eventual) - profissionais diversos, serviços e reparos imprevisíveis – Sob demanda (RESERVA FIXA)	Reserva de valor		N/A	R\$ 307.692,18
					Percentual de desconto		0,00%	R\$ -
			N/A		Subtotal			R\$ 307.692,18
					BDI		26,27%	R\$ 80.819,77
		Total		R\$ 388.511,95				
		4	Diversos	Fornecimento de materiais e peças de reposição para execução dos serviços de manutenção predial preditiva ou corretiva e manutenção de equipamentos – Sob demanda	Materiais de consumo a serem fornecidos para composição do estoque mínimo necessário à manutenção preventiva e corretiva (sob demanda)		N/A	R\$ 1.770.253,49
			N/A		BDI		10,89%	R\$ 192.791,58
					Total		R\$ 1.963.045,07	
		5	5.1.	Fornecimento de materiais de consumo, peças, outros insumos	Reserva de valor		N/A	R\$ 320.835,06
					Percentual de desconto		0,00%	R\$ -
					Subtotal			R\$ 320.835,06
					BDI		10,89%	R\$ 34.940,93
			Total		R\$ 355.775,99			
			N/A					
		6		Diversos	Manutenção de Equipamentos de Refrigeração	Manutenção equipamentos de refrigeração (todas as unidades)		N/A
			N/A	BDI		26,27%	R\$ 163.283,80	
				Total		R\$ 784.928,08		
				7		Diversos	Recargas e/ou testes em extintores e mangueiras de incêndios	Recarga extintores (todas as unidades)
		BDI			26,27%			R\$ 947,82
		N/A	Total		R\$ 4.556,32			
			8		Diversos	Anotação de Responsabilidade Técnica - Para emissão de laudos e relatórios		10 emissões de ART
		BDI		26,27%			R\$ 614,48	
		N/A		Total			R\$ 2.953,88	
				VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO				

1.3. O objeto da licitação tem a natureza de **serviço comum de engenharia**.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 1.4. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.
- 1.5. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.
- 1.6. O prazo de vigência do contrato é de 30 (trinta) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.
- 1.7. O valor estimado para os itens 3 e 5 serão fixos por exercício financeiro.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

- 3.1. A descrição da Solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, abrange a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva das instalações prediais da unidade Sede, do Coren-SP Educação, das Subseções e NAPes do Coren-SP, cuja relação completa se lê no Anexo III – Descrição das Unidades.

3.1.1. A descrição pormenorizada dos serviços, quantidades e demais exigências relacionadas ao objeto contratual encontram-se pormenorizadas neste Termo de Referência e nos demais anexos que o acompanham.

3.1.2. Poderão ocorrer mudanças de endereço das unidades beneficiadas para imóveis localizados na mesma cidade, bem como eventuais alterações quantitativas ou qualitativas no objeto do contrato, por força do disposto no art. 65, I, alínea b), da Lei nº 8.666/93, respeitados os limites previstos no § 1.º do art. 65 da mesma Lei, inclusive a inclusão de novos serviços de manutenção predial para atender as necessidades do Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo.

- 3.2. Para perfeito entendimento deste Termo de Referência e demais anexos que compõem o descritivo completo da Solução a ser contratada, considerar-se-ão as seguintes definições e conceitos:

3.2.1. **Manutenção:** Atividades técnicas e administrativas destinadas a preservar as características de desempenho técnico dos componentes ou sistemas da edificação, cujo funcionamento depende de dispositivos mecânicos (em sentido amplo), hidráulicos, elétricos e eletromecânicos;

3.2.2. **Manutenção Corretiva:** Atividade de manutenção executada após a ocorrência de falha ou de desempenho insuficiente dos componentes da edificação;

3.2.3. **Manutenção Preventiva:** Atividade de manutenção executada antes da ocorrência de falha ou de desempenho insuficiente dos componentes da edificação. Será alvo do “Plano de Manutenção”, a ser elaborado pela Contratada, e do cronograma prévio de visitas;

3.2.4. **Conservação Predial e Arquitetônica:** Conjunto de ações desenvolvidas sobre o complexo predial e seus equipamentos para que sejam mantidas as características originais do imóvel, como a pintura de paredes, troca de pisos defeituosos, troca de forros deteriorados, e outras atividades com esse fim;

3.2.5. **Sistema:** Conjunto de equipamentos, elementos ou materiais ligados fisicamente ou não, os quais por meio do desempenho de suas funções individuais contribuem para uma mesma função;

3.2.6. **Instalações Elétricas:** Compreendem sistemas de redes elétricas, grupos geradores, estabilizadores, nobreaks, transformadores, sistemas de proteção contra descargas atmosféricas e redes de aterramento;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

3.2.7. Instalações Civas: Compreendem estrutura, alvenarias, pisos internos e externos, revestimentos de parede, esquadrias, divisórias, vidros, forros, marcenaria, serralheria e impermeabilização;

3.2.8. Instalações Hidrossanitárias: Compreendem sistemas de redes de água fria e pluvial, redes de esgoto, louças e metais das chamadas áreas molhadas (sanitários, copas e cozinhas, laboratórios), bombas de recalque e reservatórios de água;

3.2.9. Equipamentos: Conjunto unitário, completo e distinto, que exerce uma ou mais funções determinadas quando em funcionamento. A perda individual de um equipamento, no qual deixe de cumprir a sua função, não acarreta necessariamente a perda da função do subsistema e/ou do sistema. Os equipamentos podem ser definidos como principal, reserva ou único, podendo ser classificados como críticos dependendo da sua importância operacional. Um conjunto de equipamentos forma um subsistema e um conjunto de subsistemas forma um Sistema;

3.2.10. Níveis de Anormalidade: É a graduação de consequências que as falhas e defeitos poderão acarretar nos equipamentos ou nos sistemas, subdivididos em:

3.2.10.1. Emergência: Ocorrência de defeitos ou falhas num equipamento ou sistema onde sejam requisitadas ações imediatas a fim de preservar vidas ou patrimônio;

3.2.10.2. Urgência: Ocorrência de defeitos ou falhas que demandem ações a fim de manter a continuidade da prestação dos serviços inerentes à Contratante;

3.2.10.3. Alerta: Ocorrência de defeito ou falha num equipamento ou sistema que poderá acarretar uma situação de emergência ou urgência;

3.2.11. Tempo de atendimento: É o tempo determinado para mobilização pela Contratada, dos recursos necessários, visando sanar defeitos ou falha dos equipamentos ou sistemas a partir de uma solicitação, o qual poderá ser preestabelecido na Ordem de Serviço;

3.2.12. Relatório mensal de manutenção (RMM): É o instrumento de apresentação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva desenvolvidos pela Contratada. Deverá conter folhas de testes e relatórios, conforme modelo previamente aprovado, discriminando nome e função dos funcionários, data, local, horários de início e término, tempos, métodos, ferramental e instrumental utilizado, relação de dependências, análise dos testes, visto do técnico responsável;

3.2.13. Materiais e Peças de Reposição: Os materiais a serem fornecidos pela Contratada para a realização das atividades de manutenção e reparo, os quais serão remunerados pelo Coren-SP;

3.2.14. Materiais de Consumo, insumos, Equipamentos e Ferramentas: São os bens utilizados na manutenção preventiva e corretiva, tais como: amperímetro, voltímetro multi-teste analógico e mala de ferramentas para os profissionais contendo ferramentas básicas e específicas de cada categoria, além de insumos básicos de baixo valor;

3.2.15. Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs): São todos os dispositivos ou produtos de âmbito coletivo, utilizado pelo trabalhador destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e saúde no trabalho, exigidos pelos órgãos governamentais de Segurança e Medicina do Trabalho, para execução dos serviços tais como: guarda-corpo, proteção de partes móveis de máquinas, sinalização de segurança;

3.2.16. Equipamentos de Proteção Individual (EPIs): São todos os dispositivos ou produtos de uso individual, utilizado pelo trabalhador destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e saúde no trabalho, exigidos pelos órgãos governamentais de Segurança e Medicina do



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Trabalho, tais como: capacetes, botas, luvas de borracha, cinto de segurança, óculos, máscaras, protetores auriculares e capas plásticas;

3.2.17. Ordem de Serviço (OS): Comunicado da Contratante para execução de serviços inseridos no contrato. A Ordem de Serviço encaminhar-se-á, preferencialmente, para o e-mail que a Contratada deverá disponibilizar para recebimento das solicitações do Coren-SP;

3.2.18. Formulário de Autorização de Mão de Obra e/ou Serviços (FAMOS): O respectivo formulário será utilizado pela Contratada, sempre que houver necessidade de empregar mão de obra sem dedicação exclusiva – serviços eventuais (profissionais diversos), bem como outros serviços e reparos, para atendimento a determinada Ordem de Serviço – O.S.;

3.2.19. Formulário de Requisição (FREQ): O respectivo formulário será utilizado para requisição de matérias constantes na Planilha de Custo e Formação de Preços, item “Materiais e Peças de Reposição” (sob demanda). Deverá ser preenchido pela Contratante e enviado a Contratada, para atendimento.

3.2.20. Formulário de Autorização de compra (FAC): Quando da necessidade de fornecimento de materiais não disponíveis no local, e não listados na Planilha de Custo e Formação de Preços, item “Materiais e Peças de Reposição”, os profissionais da Contratada realizarão o levantamento e comunicarão ao Fiscal responsável sobre o quantitativo, dentre outras informações relevantes, previamente ao fornecimento, através desse formulário, devendo atender às demais exigências aplicadas ao caso;

3.2.21. Plano de Manutenção: Documento a ser elaborado pela Contratada (baseado nas rotinas indicadas no documento anexo a este descritivo, bem como em referências normativas, Inspeção/Vistoria realizada pela Contratada e recomendações do fabricante, quando cabível), devendo definir a frequência, locais, e os procedimentos a serem realizados, dentre outras informações necessárias ao planejamento anual da manutenção. Deverá ser criado no primeiro ano da execução contratual e atualizado anualmente;

3.2.22. Responsável Técnico: Profissional de nível superior com vínculo com a Contratada e registro no CREA ou CAU, com habilitação compatível com o escopo preponderante do contrato. Saliente-se que a Contratada deve manter, em seus quadros de colaboradores, ainda que em caráter eventual, profissional ligado a áreas específicas de cunho acessório do contrato, tais como engenharia elétrica ou mecânica, de acordo com a necessidade do serviço, para atuar como responsável técnico dessas áreas específicas, caso necessário, sem qualquer custo adicional ao Coren-SP.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de engenharia e serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

5.1.1. Requisitos Necessários para o Atendimento da Necessidade

5.1.1.1. A Contratada deverá possuir estrutura administrativa, logística e de pessoal suficientes para proporcionar a execução dos serviços objeto deste instrumento dentro dos níveis mínimos de serviços exigidos pela Contratante nas localidades em que o Coren-SP possuir unidades em funcionamento;

5.1.1.2. A Contratada deverá comprovar que possui qualificação técnico-operacional para a execução de serviços de manutenção de instalações prediais, contemplando atividades de manutenção preventiva e corretiva em sistemas de combate a incêndios, instalações civis, hidráulicas e sanitárias, sistemas de refrigeração e em elementos diversos de construção civil;

5.1.1.3. A Contratada deverá estar apta ao fornecimento de materiais e peças necessários para a execução dos serviços, possuindo estrutura administrativa para cumprimento das exigências relacionadas à pesquisa de preços, quando necessária, de acordo com o exigido pelo Coren-SP;

5.1.1.4. A Contratada será responsável por elaborar, no início da vigência contratual, Plano de Manutenção a ser seguido durante todo o período da execução do contrato. O Plano de manutenção deverá acobertar todo o grupo de estruturas prediais do Coren-SP;

5.1.1.5. A Contratada deverá fornecer os materiais, peças, insumos, EPIs/EPCs e uniformes conforme Planilha de Custos e Formação de Preços. No caso dos serviços prestados pela mão de obra não residente o custo de insumos, ferramentas, EPIs deverá estar incluso no valor da diária Contratada.

5.1.1.6. A Contratada deverá arcar com todos os custos e logística de deslocamento da equipe não residente e entrega de materiais em quaisquer unidades quando necessário;

5.1.1.7. Os serviços contratados deverão ser executados, em sua integralidade, por profissionais especializados, ficando a Contratada inteiramente responsável pela garantia da qualificação técnico-profissional da mão de obra residente e não residente contratada, devendo comprová-la documentalmente conforme o caso;

5.1.1.8. A equipe residente deverá realizar atendimentos na Sede, no Coren-SP Educação e em outras unidades do Coren-SP que estejam dentro da Região Metropolitana de São Paulo. Ainda, eventualmente atender a outras unidades do Coren-SP localizadas fora da Região Metropolitana de São Paulo, ficando o deslocamento da equipe residente, por conta da Contratante. Para o posto de Supervisor, as despesas com deslocamento e pernoite poderão ser custeadas pela Contratada, sendo que os valores a serem dispendidos constarão da Planilha de Custo e Formação de Preços;

5.1.1.9. A Contratada deverá fornecer profissionais qualificados e especializados para atendimentos eventuais em todas as unidades do Coren-SP, quando a atividade não puder ser atendida pela equipe residente, ou no caso das unidades fora da Região Metropolitana;

5.1.1.9.1. Os profissionais empregados nos postos que exijam dedicação exclusiva de mão de obra deverão pertencer ao quadro funcional permanente da Contratada;

5.1.1.9.2. Os profissionais sem dedicação exclusiva (equipe volante) poderão ou não pertencer ao quadro funcional permanente da Contratada;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

5.1.1.10. As atividades realizadas tanto pela equipe residente quanto pelos profissionais eventuais deverão respeitar o escopo dos ofícios conforme descrito na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, disponibilizada pelo Ministério da Economia/Secretaria do Trabalho;

5.1.1.11. A Contratada deverá disponibilizar sistemas de comunicação por rádio (ou tecnologia similar) para comunicação remota entre todos os funcionários da equipe residente de manutenção e para a Fiscalização Técnica do Contrato, a fim de agilizar e otimizar as atividades da equipe;

5.1.1.12. A aquisição de materiais IMPREVISTOS na Planilha de Custos e Formação de Preços e a contratação de serviços EVENTUAIS e/ou IMPREVISTOS e prestados por mão de obra não residente deverá ser efetuada pela Contratada de acordo com o disposto no Acórdão 1.238/2016 – TCU Plenário, levando-se em conta os percentuais de desconto ofertados na proposta e adotando os procedimentos determinados pelo Coren-SP;

5.1.1.13. A Contratada deverá fornecer mensalmente, como requisito imprescindível para o recebimento do objeto, relatório listando as atividades realizadas, profissionais envolvidos e materiais empregados com seus respectivos custos.

5.1.2. Natureza Continuada (ou não) do Serviço

5.1.2.1. Trata-se de contratação de serviço comum de engenharia (manutenção predial preventiva e corretiva, com eventual prestação de demais serviços comuns de engenharia), que visa a assegurar a integridade do patrimônio público e o funcionamento das atividades finalísticas do Coren-SP. Dessa forma, enquadra-se na hipótese prevista no inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993, em que é prevista a contratação inicial por prazo de 30 (trinta) meses, que poderão ter a sua duração prorrogada por igual e sucessivo período com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses.

5.1.2.2. Ainda, nos termos da alínea 'a', item 3 do Anexo IX da IN SEGES/MPDG nº 05/2017, entende-se que os serviços a serem contratados possuem natureza continuada, uma vez que a necessidade de manutenção das dependências físicas do Coren-SP, incluindo-se a revisão de todo equipamento e sistema envolvido na prevenção e combate a incêndio, é permanente, perdurando desde o primeiro exercício financeiro do contrato até os exercícios subsequentes.

5.1.2.3. Cumpre destacar que a eventual paralisação dos serviços acarretaria a indisponibilidade de mão de obra necessária à manutenção das condições mínimas de funcionamento da estrutura do Conselho, uma vez que o quadro atual de funcionários não dispõe de pessoal qualificado para atendimento das demandas.

5.1.3. Duração Inicial do Contrato

5.1.3.1. O contrato tem a vigência contratual determinada em 30 (trinta) meses, sendo prorrogável por igual período até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme previsão do Inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.1.4. Transição Contratual

5.1.4.1. Não haverá necessidade de a Contratada promover ação de transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas para a continuidade da gestão do Coren-



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

SP, uma vez que os serviços contratados envolvem procedimentos padronizados, normatizados e amplamente praticados pelas empresas do setor.

5.1.5. Soluções de Mercado

5.1.5.1. A prática de contratação de serviços de manutenção predial integrados, de forma contínua, com fornecimento de mão de obra com dedicação exclusiva, insumos, equipamentos, ferramentas e demais materiais necessários é uma solução comum de mercado, adotada tanto pela Administração Pública quanto pela iniciativa privada.

5.2. O enquadramento das categorias profissionais que serão empregadas no serviço, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), para os postos com dedicação exclusiva de mão de obra quanto para postos sem dedicação exclusiva de mão de obra (equipe volante) é a resumida na tabela abaixo.

5.2.1. Em relação à mão de obra empregada na execução de serviços e ou mão de obra especializada (item 3 do Anexo VIII – Planilha de Custos e Formação de Preços), itens vinculados aos códigos de profissionais / serviços da tabela SINAPI, a Contratada deverá fornecer profissionais cuja formação seja compatível com o serviço a ser executado.

POSTOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA (Item 1 da Planilha de Custos e Formação de Preços)		
OCUPAÇÃO	CÓDIGO CBO	QUANTIDADE DE POSTOS
Oficial de Manutenção	5143-25	2
Eletricista Predial	7156-10	1
Encarregado Geral	9501	1
POSTOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA (Item 2 da Planilha de Custos e Formação de Preços)		
OCUPAÇÃO	CÓDIGO CBO	QUANTIDADE ESTIMADA DE DIÁRIAS (8 horas)
Oficial de Manutenção	5143-25	1291
Engenheiro Civil	2142-05	75
Jardineiro	6220-20	73
Pintor	7233-10	431

5.2.2. A Contratada deverá ter disponibilidade para fornecer a quantidade de diárias totais estimada de cada trabalhador eventual, devendo atender a todas as unidades do Coren/SP localizadas no Estado de São Paulo. A solicitação dos trabalhadores eventuais ocorrerá mediante solicitação da Contratante, por meio da abertura de Ordem de Serviços, de acordo com a necessidade da Administração, conforme disposições deste Termo de Referência e **Anexo II – Especificações Técnicas**.

5.2.3. Todas as tarefas/atividades referentes aos serviços de manutenção preventiva e corretiva das instalações elétricas e hidrossanitárias, pequenas reformas civis e de reparos em esquadrias e vidraças, etc., previstas, serão realizados de forma contínua, sob demanda e mediante solicitações e orientações dos fiscais do contrato do Coren-SP.

5.2.4. Além dos profissionais listados acima, poderá ser requisitado em caráter esporádico, acionamento de equipe volante eventual, sendo que a Contratada deverá dispor profissionais com



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

conhecimento e formação multidisciplinar. Outros profissionais também poderão ser acionados sempre que houver necessidade, estando dependentes da ocorrência de fatores não passíveis de serem dimensionados, como necessidade de realizar vistorias para verificação do estado de conservação das unidades para fins de orientar trabalhos realizados pela equipe residente ou volante, emitir relatórios, laudos, planejar a manutenção e etc. A previsão de profissionais, não se limitando a esses, foi obtida com base no histórico de manutenção das unidades, conforme quadro abaixo:

OCUPAÇÃO	CÓDIGO SINAPI	CBO
Ajudante de Eletricista	88247	7156-15
Oficial Eletricista	88264	7156
Auxiliar de Encanador	88248	7241-10
Oficial Encanador	88267	7241
Azulejista	88256	7165-10
Marceneiro	88273	7711-05
Pedreiro	88309	7152-10
Técnico de cabeamento estruturado	88266	7313-25
Técnico de manutenção eletrônica/eletrotécnico	88266	3132-05
Telhadista/Telhador	88323	7652-35
Serralheiro	88315	7244-40
Técnico de Segurança do Trabalho	100309	3516-05
Engenheiro Eletricista	91677	2143-05
Engenheiro Mecânico		2144-05

5.3. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos no Anexo II – Especificações Técnicas.

7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, caso haja interesse, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações dos locais de execução dos serviços, cuja relação completa consta do **ANEXO III – DESCRIÇÃO DAS UNIDADES**, acompanhados por empregados do Coren-SP especialmente designados, podendo realizá-las entre 08h00 as 12h00 e 13h00 as 17h00, de segunda à sexta-feira.

7.1.1. As vistorias deverão ser agendadas **prévia e exclusivamente** pelo endereço eletrônico manutencao.predial@coren-sp.gov.br (com cópia para pregao@coren-sp.gov.br).

7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá apresentar-se devidamente identificado, portando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

7.3. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7.4. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

8.1.1. As rotinas de serviços e requisitos dos cargos trabalho estão definidas nos Anexos II – Especificações Técnicas; IV – Rotinas de Manutenção; V – Manutenção de Aparelhos de Climatização e Refrigeração; VI – Manutenção de Jardins, Gramados e Plantas em Vasos e VII – Recarga de Extintores.

8.1.2. Os imóveis onde serão efetuados os serviços são os relacionados no Anexo III – Descrição das Unidades;

8.2. A execução dos serviços **imediatamente a partir da data de início da vigência contratual**, na forma que segue:

8.2.1. A Contratada deverá elaborar e apresentar à Equipe de Fiscalização, durante o primeiro mês de execução do contrato, os seguintes planos:

8.2.1.1. PCMAT (Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção), de acordo com a NR 18;

8.2.1.2. PCMSO (Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional), de acordo com a NR 7;

8.2.1.3. PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais), de acordo com a NR 9.

8.2.2. A Contratada deverá apresentar à Equipe de Fiscalização, em até 30 (trinta) dias corridos da assinatura do Contrato, os seguintes documentos:

8.2.2.1. Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, devidamente registrada junto ao CREA ou o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) junto ao CAU, relacionados ao Contrato firmado;

8.2.2.2. Laudo Técnico de Periculosidade, com referência as atribuições da Função de Eletricista Predial e Supervisor com formação em elétrica/eletrotécnica.

8.2.2.3. Certificados dos treinamentos em segurança do trabalho exigidos para os postos com dedicação exclusiva de mão de obra (relacionados nos Requisitos da Contratação).

8.2.2.4. Plano de Manutenção Predial, incluindo cronograma das rotinas a serem executadas, por unidade e tipo de serviço/ativo predial.

8.2.2.5. Plano de Manutenção Operação e Controle, referente ao sistema de refrigeração, conforme Anexo V – Manutenção de Aparelhos de Climatização e Refrigeração.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS (fornecimento de equipamentos, ferramentas e demais insumos e contratação de serviços e reparos de caráter imprevisível)



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

9.2. Condições de fornecimento de equipamentos, ferramentas e demais insumos aplicáveis aos **itens 1, 2 e 3** do Anexo VIII – Planilha de Custos e Formação de Preços:

9.2.1. Para a perfeita execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva das unidades do Coren-SP, a Contratada deverá disponibilizar todos os insumos, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à execução de todos os serviços contemplados neste Termo de Referência e seus Anexos, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

9.2.2. Os Equipamentos, EPCs, EPIs, Ferramentas e insumos utilizados pelos profissionais com dedicação exclusiva necessários para a execução dos serviços contratados, estão detalhados na Planilha de Custos e Formação de Preços, devendo a Contratada apresentá-los na quantidade e de acordo com as especificações previstas, sendo inteiramente responsável pela guarda, manutenção, conservação e controle destes;

9.2.3. Os Equipamentos, EPCs, EPIs, Ferramentas e insumos utilizados pela equipe não residente (sem dedicação exclusiva) necessários para a execução dos serviços ora licitados deverão ser fornecidos, de acordo com a mão de obra e respectivas atividades a serem executadas, devendo ser apresentados nas quantidades e qualidades necessárias à realização das atividades a serem desempenhadas. Cabe ressaltar que o valor da diária utilizada pela Contratada em sua proposta e/ou quando da utilização da SINAPI com desconto, deverá acobertar despesas com fornecimento de ferramentas, equipamentos, insumos, EPCs e EPIs.

9.2.3.1. A depender da mão de obra a ser empregada, a lista de Equipamentos, EPCs, EPIs, Ferramentas e insumos prevista na Planilha de Custos e Formação de Preços será utilizada como referência.

9.2.4. A relação de insumos, ferramentas e equipamentos da Planilha de Custos e Formação de Preços não é exaustiva e caberá à Contratada a substituição de ferramentas sempre que necessário, bem como fornecimento de ferramentas que, por algum motivo, não tenham sido previstas na relação de ferramentas e seja demonstrada a sua necessidade para a execução dos serviços;

9.2.5. Ainda, a Contratada deverá identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade ao Coren-SP ou de outra empresa prestadora de serviços;

9.2.6. A Contratada deverá oferecer, ao pessoal sob sua responsabilidade, EPCs e EPIs em perfeito estado de conservação e funcionamento, de acordo com os riscos das atividades a serem executadas;

9.2.7. A Contratada deverá, ainda, treinar e orientar os empregados para o uso adequado e obrigatório, guarda, conservação e higienização dos EPCs e EPIs, bem como substituí-lo quando danificados ou extraviados;

9.2.8. O custo estimado dos equipamentos, constantes na aba “Equipamentos” da Planilha de Custos e Formação de Preços, foi obtido considerando-se a vida útil de cada item, ou seja, pelo percentual de depreciação anual, de acordo com a IN 1700/2017 da Receita Federal do Brasil e Manual SADIPEM, do Ministério do Tesouro Nacional.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

9.2.9. Havendo a intenção e viabilidade de prorrogação do prazo Contratual, Contratada e Coren-SP, realizarão vistoria das ferramentas disponibilizadas durante a execução dos trabalhos, constatando a existência de ferramentas em plenas condições de utilização e não havendo necessidade de serem substituídas, promover-se-á a redução dos valores referentes às ferramentas que serão reaproveitadas.

9.2.10. A Contratante disporá de espaço para o armazenamento dos materiais relacionados na Planilha de Custos e Formação de Preços, ficando a Contratada responsável pelos meios de segurança.

9.2.11. A Contratante, em nenhuma hipótese, se responsabilizará por perdas, danos, furtos ou roubos dos equipamentos, ferramentas, EPIs e EPCs exigidos.

9.2.12. A critério da Contratante, caso seja detectado espaço físico insuficiente, alguns equipamentos e/ou ferramentas, previstos para uso pela equipe residente, poderão permanecer sob a guarda da Contratada, devendo ser disponibilizado imediatamente, quando solicitado. Sendo que durante a execução contratual, poderão ser novamente requisitados, a qualquer momento, para guarda no ambiente da Contratante.

9.2.13. Todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios deverão ser de boa qualidade, de boa técnica, e atender aos normativos e legislação pertinentes.

9.3. Condições de contratação de serviços especializados prestados por profissionais diversos; fornecimento de materiais e peças de reposição, outros insumos de caráter imprevisível e contratação de serviços e reparos eventuais, **itens 3 e 5** do Anexo VIII – Planilha de Custos e Formação de Preços, cujos preços estão atrelados à Tabela SINAPI:

9.3.1. A aquisição/contratação será efetuada pela CONTRATADA, de acordo com o disposto no Acórdão 1.238/2016 – TCU Plenário, **levando-se em conta o percentual fixo de desconto por item**, ofertado na proposta comercial e utilizando-se dos seguintes critérios:

a) Mediante pesquisa de preços do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, com posterior aplicação do desconto ofertado na proposta. A tabela SINAPI é a "DESONERADA", disponível para *download* no sítio da Caixa Econômica Federal;

a.1) A tabela SINAPI a ser utilizada no período de vigência do contrato será aquela em vigor no mês da data limite para apresentação das propostas constante do ato convocatório, podendo ser atualizada após 12 meses.

b) Por meio de utilização de dados contidos em tabela de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da Administração Pública Federal em publicações técnicas especializadas, com posterior aplicação do desconto ofertado na proposta;

c) Por meio de utilização de sistema específico instituído para o setor, com posterior aplicação do desconto ofertado na proposta;

9.3.2. Em caso de inviabilidade de definição dos custos conforme letras “a”, “b” e “c”, mediante pesquisa de preços realizada pela Contratada com, no mínimo, 3 (três) fornecedores.

9.3.2.1. Os orçamentos apresentados pela Contratada serão objeto de aprovação obrigatória por parte do Coren-SP. A aprovação em questão será realizada pela área técnica do contrato, que o fará por meio da realização de pesquisa estimativa de preços procedida



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

com a utilização de um ou mais parâmetros de pesquisa definidos no art. 5º da IN SEGES/ME nº 65/2021 (ou instrução normativa que venha suplantá-la);

9.3.2.2. Será considerado o menor preço, encontrado pela Contratada ou pesquisado pelo Coren-SP, sendo aplicado o percentual de desconto ofertado na Proposta Comercial sobre o menor preço pesquisado.

9.3.2.3. Excepcionalmente, na inviabilidade da pesquisa de preços definida no subitem acima, a fiscalização do CONTRATANTE poderá, a seu critério, justificadamente, autorizar a compra com pesquisa de menos de 3 (três) fornecedores.

9.3.3. Sobre o valor dos presos pesquisados, qualquer que seja o critério adotado, após a aplicação do percentual de desconto apresentado pela licitante, incidirá o BDI, também representado na Proposta Comercial do Licitante.

9.3.4. Qualquer compra de materiais/peças deverá ser precedida de autorização da Equipe Técnica do Coren/SP, mediante apresentação pela Contratada do Formulário de Autorização de Compras – FAC, conforme modelo a ser fornecido pela Administração.

9.3.5. A Fiscalização poderá sempre confrontar os orçamentos apresentados com orçamentos feitos pela Administração, não lhe sendo permitido autorizar a compra de material/peça apresentado com valor superior ao de mercado.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. A demanda do Coren-SP tem como base as seguintes características:

10.1.1. Critérios para o Dimensionamento: a Equipe de Planejamento da Contratação levou em conta as áreas das edificações, o quantitativo de funcionários, a disposição e localização de cada unidade do Coren-SP, o estado de conservação das edificações, e histórico por demanda de serviços e de compra de materiais/insumos. Abaixo, extraído dos Estudos Preliminares, segue breve detalhamento dos critérios de dimensionamento considerados para cada item:

ITEM	DESCRIÇÃO	CRITÉRIO DE DIMENSIONAMENTO
1	Fornecimento de mão de obra com dedicação exclusiva , com previsão de insumos e ferramentas (Oficial de Manutenção e Eletricista Predial)	Rotinas de manutenção executadas no contrato anterior, com a definição de que as rotinas preventivas e corretivas básicas de todas as unidades da RMSP serão prestadas pela equipe residente. Ainda, critério da Administração, a MDO residente poderá ser utilizada em outras unidades, cabendo ao Coren-SP o transporte dos profissionais ou, no caso do Supervisor, conforme Planilha de Custo e Formação de Preços. O valor contratado inclui insumos, ferramentas e equipamentos a serem utilizados durante a execução dos serviços.
2	Fornecimento de mão de obra SEM dedicação exclusiva , equipe volante permanente - manutenção preventiva e corretiva - com previsão de EPs, insumos e ferramentas (Oficial de Manutenção, Engenheiro Civil, Jardineiro e Pintor)	Rotinas de manutenção executadas no Contrato vigente e histórico de manutenção, com realização de estudo estimativo de equipe volante profissional, a partir dos relatórios de manutenção das unidades descentralizadas do litoral e interior do Estado de São Paulo e estimativa de outras demandas por serviços profissionais das unidades da RMSP. O valor da diária técnica de referência tomou por base valores equivalentes de serviços profissionais da tabela SINAPI e inclui os custos com EPs, Insumos e Ferramental.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ITEM	DESCRIÇÃO	CRITÉRIO DE DIMENSIONAMENTO
3	Fornecimento de mão de obra SEM dedicação exclusiva (eventual) - profissionais diversos, serviços e reparos imprevisíveis – Sob demanda (RESERVA FIXA)	Reserva fixa estabelecida a partir de uma previsão de gastos com mão de obra profissional especializada, estimada com base nos relatórios de manutenções do contrato anterior, conforme Estudos Preliminares.
4	Fornecimento de materiais e peças de reposição para execução dos serviços de manutenção predial preditiva ou corretiva e manutenção de equipamentos – Sob demanda	Rotinas de manutenção executadas nos contratos anteriores, com realização de estudo estimativo de materiais e peças, a partir dos relatórios de manutenção das unidades do Coren-SP.
5	Fornecimento de materiais, peças e outros insumos de caráter imprevisível – sob demanda (RESERVA FIXA)	Reserva fixa, correspondendo a 20% (vinte por cento) do valor estimado para aquisição de materiais de consumo, peças de reposição e outros insumos previstos pela equipe de Planejamento da Contratação, conforme Estudos Preliminares.
6	Manutenção de equipamentos de refrigeração (ar condicionado, purificadores, bebedouros e frigobar)	Quantidade estimada com base na necessidade de manutenções preventivas e corretivas dos equipamentos existentes, instalação de equipamentos de ar condicionado previstos para aquisição, conforme consta em Estudos Preliminares.
7	Recargas e/ou testes em extintores e mangueiras de incêndios – sob demanda	Quantidades de extintores e mangueiras de incêndios em utilização nas unidades do Coren-SP.
8	Emissão de Anotações de Responsabilidade Técnica (para emissão de laudos e relatórios) – sob demanda	Estimativa considerando histórico de laudos solicitados à prestadora de serviços de manutenção predial anterior, a exemplo de laudos necessários para emissão do AVCB das unidades.

10.1.2. Locais de Execução dos Serviços: Conforme Anexo III – Descrição das Unidades;

10.1.3. Especificações Técnicas Gerais e detalhamento de serviços contemplados no objeto contratual: Conforme Anexos: II – Especificações Técnicas; IV – Rotinas de Manutenção; V – Manutenção de Aparelhos de Climatização e Refrigeração; VI – Manutenção de Jardins, Gramados e Plantas em Vasos e VII – Recarga de Extintores;

10.1.3.1. O rol de atividades dos anexos de especificações técnicas é exemplificativo, cabendo aos profissionais da contratada, seja em postos com dedicação exclusiva de mão de obra, equipes volantes ou profissionais especializados contratados para execução de serviços específicos, executarem quaisquer atividades inerentes às suas respectivas atribuições.

10.1.4. Da Prestação dos serviços com dedicação exclusiva de mão de obra (mão de obra residente)

10.1.4.1. Os serviços serão prestados de segunda a sexta-feira, em regime de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, em turnos estabelecidos de acordo com a conveniência administrativa do Coren-SP, no intervalo compreendido entre as 06h00 e 22h00, com intervalo mínimo de 1 (uma) hora para descanso e refeição, segundo a legislação trabalhista vigente;

10.1.4.2. As alterações das escalas de serviços ordinários serão comunicadas pela Administração mediante simples comunicação pelo Fiscal/Gestor do Contrato;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

10.1.4.3. Na eventual necessidade de atividades aos sábados, domingos e feriados, ou, em urgências e emergências após o horário estipulado, poderão, a critério da Administração, ser compensados antes ou após a programação das atividades, em comum acordo com a fiscalização do contrato e a empresa Contratada, devendo ser observado o limite de prorrogação em até 2 (duas) horas diárias previsto na CLT.

10.1.4.4. Na hipótese de haver recesso em período compreendido entre Natal e Ano Novo ou emendas de feriados, ocasiões em que eventualmente esteja suspenso o expediente nas dependências da Contratante, caso o profissional seja dispensado, deverá haver o desconto dos dias úteis não trabalhados, na Nota Fiscal de prestação dos serviços do mês correspondente, conforme Nota Técnica nº 66/2018 – MP.

10.1.4.4.1. O calendário de funcionamento das unidades das unidades do Coren-SP com indicações das emendas de feriado aprovadas, bem como eventuais períodos de recesso encontra-se disponível no endereço <https://portal.coren-sp.gov.br/feriados-dias-de-funcionamento/>.

10.1.4.5. Deverá haver o desconto, na fatura a ser paga pela Administração, do valor global pago a título de vale-transporte, em relação aos empregados que optarem expressamente por não receber o benefício previsto na Lei nº 7.418, de 16/12/1985, de acordo com ON SLTI nº 3, de 10/09/2014.

10.1.4.6. A Contratada deverá providenciar, na hipótese de falta de funcionário por período superior a 2 (duas) horas contadas a partir do horário de entrada do respectivo funcionário, profissional para cobertura do posto. O profissional ausente deverá ser repostado por outro cujas qualificações sejam iguais àsquelas mínimas definidas para o serviço contratado;

10.1.4.7. A mão de obra com dedicação exclusiva ficará alocada nos edifícios da Sede e do Coren-SP Educação, conforme escala de trabalho a ser disponibilizada pela Fiscalização, sendo previsto, também deslocamentos às unidades do Coren-SP localizadas dentro da Região Metropolitana de São Paulo, conforme cronograma de manutenção preventiva e, eventualmente, para realização de serviços corretivos. Cabe ressaltar que o deslocamento entre Sede ou Coren-SP até as unidades dentro da RMSP se dará dentro de horário de expediente e por conta da Contratante;

10.1.4.8. Durante o horário de execução do trabalho, o Coren-SP será responsável pelo deslocamento dos profissionais entre suas unidades, localizadas na Grande São Paulo, e excepcionalmente, caso haja necessidade, a critério da Contratada, para outras unidades do Estado de São Paulo (exceto para o posto de Supervisor, que também poderá ocorrer por conta da Contratada, conforme previsto em Planilha de Custo e Formação de Preços). O deslocamento será realizado por meio de frota própria do Coren-SP.

10.1.4.9. No caso de exceder o horário diário do funcionário, dentro do prazo possível previsto em lei, o excesso de horas trabalhadas em um dia, ou fora da jornada normal, serão compensados pela correspondente diminuição em outro dia, conforme as disposições do § 2 do art. 59 da CLT, e Cláusula 28ª da CCT.

10.1.4.10. A Contratada deverá disponibilizar, sem cobrança de custo adicional, meio de comunicação comercial (radiocomunicador ou outro) em período integral e fornecer o contato a Fiscalização da Sede, objetivando uma comunicação ágil e de fácil localização.

10.1.5. Da Equipe Técnica:



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

10.1.5.1. Os requisitos relacionados aos profissionais a serem empregados na execução dos serviços encontram-se detalhados no item 5.2 dos Requisitos da Contratação, bem como no Anexo II – Especificações Técnicas.

10.1.5.2. Para a execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar profissionais pertencentes às categorias de ocupação conforme Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, disponível no sítio do Ministério do Trabalho;

10.1.5.3. Serão de responsabilidade da empresa Contratada, quaisquer incidentes ocorridos durante a execução de serviços eventuais, não sendo aceita sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da Contratada para a Contratante.

10.1.6. Convenções Coletivas Utilizadas para Formação de Preços (ITEM 1)

10.1.6.1. A fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, bem como para a contagem da anualidade prevista no art. 3º, §1º da Lei n. 10.192/2001, informa-se que foram utilizadas as seguintes Convenção Coletivas de Trabalho no cálculo dos valores estimados pela Administração:

CATEGORIA PROFISSIONAL	CCT	ABRANGÊNCIA	DATA BASE
Eletricista Predial	SINDINSTALAÇÃO-SP X SINTRACON-SP - SP006398/2022	São Paulo/SP	01/05/2022
Oficial de Manutenção Predial	SINDINSTALAÇÃO-SP X SINTRACON-SP - SP006398/2022	São Paulo/SP	01/05/2022
Supervisor	SINDINSTALAÇÃO-SP X SINTRACON-SP - SP006398/2022	São Paulo/SP	01/05/2022

10.1.7. Cabe destacar que as CCTs mencionadas acima não são de utilização obrigatória pelos licitantes (Acórdão nº 369/2012 – Primeira Câmara do TCU), mas sempre será exigido das contratadas o cumprimento das convenções coletivas indicadas quando da apresentação da Planilha de Custos e Formação de Preços e da Proposta Comercial na sessão de licitação.

10.1.8. Para fins de licitação (elaboração de Proposta/Planilha de Custo e Formação de Preços), as empresas interessadas em participar do certame, deverão tomar como referência o salário-base para o cargo de Supervisor constante Tabela constante do Anexo VIII – Planilha de Custo e Formação de Preços.

10.2. Outras Informações

10.2.1. As Planilhas de Custos disponibilizadas no Anexo VIII, relacionadas ao **ITEM 1**, preveem rubrica com os custos referentes à contribuição dos Riscos Ambientais do Trabalho - RAT e seu multiplicador que é o Fator Acidentário de Prevenção – FAP. A empresa deverá apresentar documento apto a comprovar o fator multiplicador (FAP) declarado em sua planilha de custos e formação de preços, em atenção ao princípio da isonomia e da proposta mais vantajosa para a administração. Esse documento que comprova o fator multiplicador (FAP) pode ser obtido no site: www.previdencia.gov.br, mediante CNPJ e senha.

10.2.2. Uma vez que esse fator multiplicador varia de acordo com o melhor ou pior desempenho empresarial do contribuinte em programas que diminuam acidentes e doenças de trabalho, mesmo que haja variação nos percentuais referentes ao RAT e FAP, não haverá revisão destes valores na planilha de custos Contratada.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

10.2.3. A composição do preço deverá ser demonstrada e provisionada na Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme redação da IN SEGES/MPDG nº 05/2017, considerando-se as informações do presente Anexo e demais observações constantes no Edital.

10.2.4. A parcela mensal a ser paga a título de aviso prévio trabalhado e indenizado corresponderá, no primeiro ano de contratação, ao percentual originalmente fixado na planilha de preços.

10.2.4.1. Não tendo havido a incidência de custos com aviso prévio trabalhado e indenizado, a prorrogação contratual seguinte deverá prever o pagamento do percentual máximo equivalente a 3 (três) dias a mais por ano de serviço, até o limite compatível com o prazo total de vigência contratual.

10.2.4.2. A adequação de pagamento de que trata o subitem anterior deverá ser prevista em termo aditivo.

10.2.4.3. Caso tenha ocorrido a incidência parcial ou total dos custos com aviso prévio trabalhado e/ou indenizado no primeiro ano de contratação, tais rubricas deverão ser mantidas na planilha de forma complementar/proporcional, devendo o órgão contratante esclarecer a metodologia de cálculo adotada.

10.2.5. A Contratante providenciará o desconto na fatura a ser paga do valor global pago a título de vale-transporte em relação aos empregados da Contratada que expressamente optaram por não receber o benefício previsto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, regulamentado pelo Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987.

10.2.6. Na proposta comercial deverão estar inclusas todas as despesas e encargos decorrentes da relação contratual, tais como: impostos, fretes, seguros, bem como todas as despesas diretas e indiretas que venham a incidir sobre o objeto da contratação.

11. UNIFORMES E EPIs

11.1. A Contratada será responsável pelo fornecimento de uniformes completos aos seus empregados, os quais, no caso de mão de obra residente (Item 1 do Anexo VIII - Planilha de Custos e Formação de Preços), deverão iniciar o trabalho recebendo os conjuntos de uniformes e EPIs necessários conforme relação abaixo.

11.2. O uniforme, para cada empregado, deverá compreender as seguintes peças de vestuário:

ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	VIDA ÚTIL (MESES)	QUANTIDADE ESTIMADA
Blusa tipo suéter em lã ou similar	Unidade	1	6
Camiseta manga curta, malha fina	Unidade	4	6
Calça de brim 100% algodão ou similar, cintura 1/2 cós com passador, 1/2 elástico, 2 bolsos frontais e 2 bolsos traseiros	Unidade	4	6
Jaleco de brim 100% algodão ou similar, com bolso sobreposto na lateral esquerda ou direita	Unidade	3	6
Jaqueta em nylon ou similar, forrada, com bolso na parte superior embutido ou na parte interna	Unidade	1	6
Meias de algodão	Par	5	6
Crachá de identificação	Unidade	1	6

11.3. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

11.3.1. Os uniformes deverão ser confeccionados em tecidos laváveis, transpiráveis, resistentes, com boa solidez ao cloro e à luz, baixo percentual de encolhimento e desbote e, ainda, deverão conter o logotipo da empresa, bordado ou aplicado nos bolsos das camisetas, blusas, jalecos etc.;

11.3.2. O modelo de uniforme a ser utilizado pelos empregados da Contratada, deverá ser previamente aprovado pela Fiscalização, podendo ter a sua substituição solicitada, caso não correspondam às especificações indicadas no Anexo VIII - Planilha de Custo e Formação de Preços;

11.3.3. Em caso da não aprovação dos uniformes apresentados por parte da Fiscalização do Contrato, a Contratada deverá readequá-los, realizando nova apresentação em prazo combinado entre Contratante e Contratada, sendo que poderão ocorrer eventuais alterações nas especificações dos uniformes, quanto ao tecido, à cor e ao modelo, desde que aceitas pela Administração;

11.3.4. Cada peça/item deverá ser substituído ao fim de sua vida útil, na quantidade informada na listagem acima ou a qualquer época, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

11.3.5. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados.

11.4. Os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), para cada empregado, deverão compreender as seguintes peças:

ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	VIDA ÚTIL (MESES)	QUANTIDADE ESTIMADA
EPIs – Itens Comuns (destinados ao Oficial de Manutenção e ao Eletricista Predial)			
Capacete de segurança - Classe B	Unidade	12	1
Cinto de segurança - Tipo paraquedista	Unidade	12	1
Óculos de segurança incolor	Unidade	6	2
Óculos de segurança escuro	Unidade	6	2
Protetor auricular tipo plug de silicone	Unidade	2	6
Protetor solar - FPS 30 - Frasco 120g	Frasco (120ml)	2	4
EPIs - Específicos para o Eletricista Predial			
Calçado de segurança com isolamento elétrico	Par	6	1
Cinto de segurança/tabalaste - cintura	Unidade	12	1
Luvas de cobertura em vaqueta	Par	6	2
Luvas de isolantes para eletricista	Par	6	2
EPI – Específicos para o Oficial de Manutenção			
Calçado de segurança	Par	6	1
Luva nitrílica	Par	2	6
Luva de vaqueta mista	Par	4	3
Respirador PFF2	Unidade	1	12

11.5. Os Uniformes e EPIs deverão ser entregues mediante recibo (relação nominal), cuja cópia deverá ser apresentada à Fiscalização, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da entrega, não podendo ser repassado o custo do uniforme ou do EPI ao ocupante do posto de trabalho nem ser exigido o uniforme usado por ocasião da entrega dos novos;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

11.6. A Contratada por meio de fiscalização deverá garantir o uso dos uniformes e EPIs de seus empregados, podendo ser pontuada no Instrumento de Medição de Resultados e ter os seus pagamentos ajustados ou, até mesmo, sofrer Sanção Administrativa.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

12.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

12.2.1. O fiscal designado não deverá ter exercido a função de pregoeiro na licitação que tenha antecedido o contrato, a fim de preservar a segregação de funções (TCU, acórdão 1375/2015 – Plenário e, TCU, acórdão 2146/2011, Segunda Câmara);

12.2.2. A designação do fiscal deverá levar em conta potenciais conflitos de interesse, que possam ameaçar a qualidade da atividade a ser desenvolvida. (Acórdão TCU 3083/2010 – Plenário).

12.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

12.4. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

12.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

12.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

12.7. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

12.7.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

12.7.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

12.7.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

12.7.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

12.8. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

12.9. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

12.10. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

12.11. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "*as built*", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

12.12. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.13. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

13.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

13.3. Manter a execução do serviço nos horários fixados pela Administração;

13.4. Substituir, no prazo de 02 (duas) horas, em caso de eventual ausência, tais como faltas e licenças, o empregado *em regime de dedicação exclusiva* posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;

13.5. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

13.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

13.7. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

13.8. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

13.9. Solicitar e acompanhar o andamento das ordens de serviço através de E-mail previamente informado ao Coren-SP, ou por qualquer outro meio informatizado que venha a ser adotado pela Contratante;

13.10. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

13.11. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

13.12. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

13.13. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.

13.14. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

13.15. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

13.16. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

13.17. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;

13.18. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado;

13.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

13.20. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

13.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

13.22. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.23. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 13.24.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 13.25.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.26.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 13.27.** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 13.28.** Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 13.28.1.** O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
 - 13.28.2.** Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 13.29.** Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 13.30.** Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 13.31.** Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.
- 13.32.** Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 13.33.** Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.
- 13.34.** Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

13.34.1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

13.35. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

13.36. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

13.37. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;

13.38. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

13.39. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

13.39.1. viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

13.39.2. viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

13.39.3. oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

13.40. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;

13.41. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art. 17, XII, art. 30, § 1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.

13.42. Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

14.1. Será permitida a subcontratação para os itens 3 e 7 do Anexo VIII - Planilha de Custos e Formação de Preços (Serviços e Reparos Eventuais/imprevistos e Recargas e/ou testes em extintores e mangueiras de incêndios, respectivamente) até o limite do valor estabelecido na proposta comercial para os serviços em referência.

14.1.1. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação.

14.2. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

14.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

14.4. Os serviços subcontratados serão coordenados e pagos pela CONTRATADA, que será responsável pelo pleno cumprimento das obrigações contratuais.

14.5. A subcontratação não poderá ser alegada como motivo para reajuste ou reequilíbrio dos preços contratados.

15. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

16.1. A execução contratual será acompanhada pela Equipe de Fiscalização, nomeada em Portaria expedida pela Contratante e composta por Gestor, Fiscais Setoriais, Fiscais Técnicos e Fiscais Administrativo.

16.2. A Gestão e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência e seus Anexos.

16.4. A critério da fiscalização de contrato, os prazos previstos para execução dos serviços, constantes neste termo e seus anexos, poderão ser estendidos, desde que não haja prejuízo para a Contratante.

16.5. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada (Nota Fiscal, Fatura ou Equivalente) que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

16.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

16.7. A Contratante se reserva o direito de, em qualquer época, testar e ensaiar qualquer peça, elemento ou parte, podendo rejeitá-las, observadas as normas e especificações da ABNT, com despesas a cargo da Contratada.

16.8. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

16.9. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

16.10. As comunicações entre a Contratante e a Contratada serão realizadas por escrito, através de meios eletrônicos (tais como e-mail, Sistema de Gestão de Contratos etc.), telefone, ou pessoalmente, devendo ser registrados, em e-mail ou Ata de Reunião, os acordos e tratos firmados entre as partes;

16.11. A Contratante poderá convocar o preposto para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

16.12. A Contratada não está obrigada a manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

16.13. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

16.14. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais **RELACIONADAS AO ITEM 1 DO ANEXO VIII - PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS (MÃO DE OBRA COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA)** exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

16.14.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

16.14.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

16.14.1.2. carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA;

16.14.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços e

16.14.1.4. declaração de responsabilidade exclusiva da Contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

16.14.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

16.14.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

16.14.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

16.14.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

16.14.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

16.14.3. entrega, quando solicitado pela CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos:

16.14.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;

16.14.3.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador CONTRATANTE;

16.14.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

16.14.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

16.14.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

16.14.4. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

16.14.4.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

16.14.4.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

16.14.4.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

16.14.4.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

16.15. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

16.15.1. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

16.15.2. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

16.15.3. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

16.16. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

16.17. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no subitem 16.6.1 acima deverão ser apresentados.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

16.18. A Contratante deverá analisar a documentação solicitada nos subitens acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

16.19. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

16.20. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar à Superintendência Regional do Trabalho.

16.21. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.22. A Contratante poderá conceder prazo para que a Contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

16.23. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

16.23.1. Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de quinze dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

16.23.2. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

16.23.3. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da Contratada.

16.24. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

16.25. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

16.26. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

16.27. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017.

16.28. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

16.29. Nos primeiros 90 (noventa) dias de execução do contrato, considerados como período de estabilização e ajustes, a fiscalização do contrato estudará e informará os eventuais ajustes necessários na prestação dos serviços, se for o caso.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

16.29.1. Após o período de ajustes mencionado no subitem anterior, serão glosados do valor total mensal conforme indicadores de qualidade do Instrumento de Medição de Resultados, conforme Anexo IX deste Edital.

16.29.2. O computo do número de reclamações/registro de ocorrência será mensal.

16.29.3. As reclamações/registro de ocorrência serão realizadas pelo Fiscal do contrato diretamente via e-mail e/ou notificação por escrito.

16.30. Em hipótese alguma, será admitido que a própria contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

16.31. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

16.32. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

16.33. O fiscal poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

16.34. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.35. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

16.36. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.37. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.38. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

17. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

17.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, previsto no **Anexo IX**, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.1.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

17.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

17.2.1. A **medição quantitativa** dos itens discriminados no **Anexo VIII – Planilha de Custos e Formação de Preços** observará as seguintes diretrizes:

17.2.1.1. ITEM 1 - Fornecimento de mão de obra com dedicação exclusiva, com previsão de insumos e ferramentas (Oficial de Manutenção, Eletricista Predial e Supervisor): Pagamento mensal, conforme Anexo VIII – Planilha de Custos e Formação de Preços;

17.2.1.2. ITEM 2 - Fornecimento de mão de obra SEM dedicação exclusiva, equipe volante permanente - manutenção preventiva e corretiva - com previsão de EPIs, insumos e ferramentas (Oficial de Manutenção, Engenheiro Civil, Jardineiro e Pintor): Pagamento mensal, correspondendo as **diárias técnicas profissionais efetivamente consumidas** nas respectivas unidades do Coren-SP, a partir do fechamento da Ordem de Serviço pela Contratante, aprovando a execução dos serviços;

17.2.1.3. ITEM 3 - Fornecimento de mão de obra SEM dedicação exclusiva (eventual) - profissionais diversos, serviços e reparos imprevisíveis – Sob demanda (RESERVA FIXA): Pagamento eventual, a serem previamente autorizados pela Contratante, depois de solicitados por meio de formulário específico, a ser preenchido pela Contratada, quando da necessidade de mão de obra/serviços especializados, não acobertados no rol de atribuições da equipe residente ou não residente à disposição do Coren-SP (itens 1 e 2). A apuração do valor a ser pago para o item em questão corresponderá à quantidade de diárias e/ou serviços efetivamente empregadas pela mão de obra especializada para atendimento da O.S, conforme **métrica definida no item 9.2 deste Termo de Referência (preços vinculados à tabela SINAPI)**;

17.2.1.4. ITEM 4 - Fornecimento de materiais de reposição para execução dos serviços de manutenção predial preditiva ou corretiva e manutenção de equipamentos – Sob demanda: Pagamento eventual, solicitados por meio de formulário específico, a ser preenchido pela Contratante. A apuração do valor a ser pago corresponderá à quantidade de bens fornecidos multiplicada pelos valores unitários da Proposta Comercial;

17.2.1.5. ITEM 5 - Fornecimento de materiais imprevisível – sob demanda (RESERVA FIXA): Pagamento eventual, a serem previamente autorizados pela Contratante, depois de solicitados por meio de formulário específico, a partir de manifestação, pela Contratada, quando da necessidade de materiais de caráter imprevisível, isto é, não acobertados na relação de itens do item 4. A apuração do valor a ser pago para o item em questão corresponderá à quantidade efetivamente fornecidos, conforme **métrica definida no item 9.2 deste Termo de Referência (preços vinculados à tabela SINAPI)**;

17.2.1.6. ITEM 6 - Manutenção de equipamentos de refrigeração (ar condicionado, purificadores, bebedouros e frigobar) e serviços de instalação/desinstalação de ar condicionado.

17.2.1.7. ITEM 7 - Recargas e/ou testes em extintores e mangueiras de incêndios – sob demanda: Pagamento eventual, correspondendo a um cronograma de recargas/testes de mangueiras e extintores em utilização nas unidades do Coren-SP;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

17.2.1.8. ITEM 8 - Emissão de Anotações de Responsabilidade Técnica (para emissão de laudos e relatórios) – sob demanda: Pagamento eventual, nas hipóteses do Coren-SP solicitar à Contratada a emissão de laudos de Engenharia que demandem responsabilidade técnica, a exemplo de Laudos necessários para emissão de AVCB das unidades prediais da Autarquia.

17.2.1.9. Após a conclusão do atendimento e registro do andamento pelo fiscal do contrato, a Contratada poderá contestar a quantidade de diárias utilizadas para realização do serviço registrado na Ordem de Serviço, a ser enviada por e-mail. Em caso de omissão ou aceite, o Coren-SP assumirá que o total de diárias está correto e que a Contratada concorda.

17.2.1.10. Caso a Contratada constata algum erro no registro após as 24 horas, caberá a ela a apresentação de comprovação que justifiquem contabilização diversa àquela registrada.

17.3. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

17.3.1. não produziu os resultados acordados;

17.3.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

17.3.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

18. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

18.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

18.2. No prazo de até **5 (cinco) dias corridos** do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

18.3. O RECEBIMENTO PROVISÓRIO será realizado pela equipe de fiscalização, através da elaboração de relatório circunstanciado, em consonância com as suas atribuições, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

18.3.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

18.4. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:

18.4.1. O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

18.4.2. O fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato

18.5. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

18.6. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

18.7. No prazo de até **10 (dez) dias úteis** a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

18.8. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

18.8.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

18.9. No prazo de até **10 (dez) dias úteis** a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

18.9.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

18.9.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

18.9.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR);

18.10. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

18.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

19. DO PAGAMENTO

19.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

19.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

19.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

19.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

19.4. A Contratada receberá, apenas, pelos serviços executados e avaliados e pela compra de materiais previamente autorizada.

19.5. A Nota Fiscal emitida pela Contratada deverá conter descrição sucinta dos itens e serviços executados, o número do processo licitatório e o número da conta bancária para depósito do pagamento; indicação expressa dos encargos, impostos e tributos passíveis de retenção na fonte, que serão retidos conforme as legislações pertinentes ao ramo de atividade. Deverá, ainda, estar de acordo com a legislação tributária das esferas alcançadas e em conformidade com o objeto contratado no tocante à sua natureza (prestação de serviços e/ou comercialização).

19.6. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

19.6.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

19.6.2. A Contratada deverá atentar-se à legislação tributária municipal para emissão das Notas Fiscais, estendo ciente que falhas poderão prejudicar os prazos definidos para pagamento dos serviços prestados.

19.6.3. Quando a legislação assim determinar, deverão ser apresentadas notas fiscais segregadas, separando produtos de serviços cuja somatória deverá resultar no valor do objeto contratado.

19.6.4. A Contratada deverá obedecer aos ditames estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil IN/RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e alterações que dispõe sobre a retenção de tributos e contribuições nos pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas.

19.7. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

19.7.1. o prazo de validade;

19.7.2. a data da emissão;

19.7.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

19.7.4. o período de prestação dos serviços;

19.7.5. o valor a pagar; e

19.7.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

19.8. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

19.9. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

19.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

19.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

19.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

19.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

19.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

19.14. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

19.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário empregado público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

19.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

19.17. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como realizada a transferência bancária para pagamento.

19.18. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso;
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:
 $I = i/365 \quad I = (6/100) / 365 \quad I = 0,00016438$
Em que i = taxa percentual anual no valor de 6%.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

20. DO PAGAMENTO PELO FATO GERADOR - REFERE-SE AO ITEM 1, FORNECIMENTO COM MÃO DE OBRA COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

20.1. No caso do Pagamento pelo Fato Gerador, os órgãos e entidades deverão adotar os seguintes procedimentos:

a) Serão objeto de pagamento mensal pela Administração à contratada o somatório dos seguintes módulos que compõem a planilha de custos e formação de preços, disposta no Anexo VII-D:

1. Módulo 1: Composição da Remuneração;

2. Submódulo 2.2: Encargos Previdenciários e FGTS;

3. Submódulo 2.3: Benefícios Mensais e Diários;

4. Submódulo 4.2: Substituto na Intra jornada;

5. Módulo 5: Insumos; e

6. Módulo 6: Custos Indiretos, Tributos e Lucro (CITL), que será calculado tendo por base as alíneas acima.

b) Os valores referentes a férias, 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, 13º (décimo terceiro) salários, ausências legais, verbas rescisórias, devidos aos trabalhadores, bem como outros de evento futuro e incerto, não serão parte integrante dos pagamentos mensais à contratada, devendo ser pagos pela Administração à contratada somente na ocorrência do seu fato gerador;

c) As verbas discriminadas na forma da alínea “b” acima somente serão liberadas nas seguintes condições:

c.1. pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;

c.2. pelo valor correspondente às férias e a 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;

c.3. pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato;

c.4. pelos valores correspondentes às ausências legais efetivamente ocorridas dos empregados vinculados ao contrato; e

c.5. outras de evento futuro e incerto, após efetivamente ocorridas, pelos seus valores correspondentes.

20.2. A não ocorrência dos fatos geradores discriminados na alínea “b” acima não gera direito adquirido para a contratada das referidas verbas ao final da vigência do contrato, devendo o pagamento seguir as regras previstas neste termo de referência e demais anexos do edital.

21. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

21.1. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO (REACTUAÇÃO) – REFERE-SE AO ITEM 1, FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

21.1.1. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado no Termo de Contrato será



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto nº 9.507, de 2018, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

21.1.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

21.1.3. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

21.1.3.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

21.1.3.2. Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;

21.1.3.3. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

21.1.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

21.1.5. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

21.1.6. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

21.1.7. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

21.1.7.1. da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

21.1.7.2. do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

21.1.7.3. do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

21.1.8. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

21.1.9. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

21.1.10. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

21.1.11. O salário-base do Supervisor deverá ser reajustado nos mesmos percentuais fixados para o posto de eletricista, definido na convenção coletiva de trabalho adotada pela Contratada. Igualmente, para fins de isonomia, reajustes e demais benefícios aplicáveis ao posto de eletricista serão reajustados no posto de Supervisor de Manutenção (tento em vista que o instrumento convocatório definiu que benefícios do posto de superviso de manutenção corresponderiam àqueles indicados para o posto de eletricista em sua respectiva convenção coletiva de trabalho).

21.1.12. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

21.1.13. Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

21.1.14. Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento **IPCA/IBGE**, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

21.1.14.1. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

21.1.14.2. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

21.1.14.3. Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

21.1.14.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.

21.1.14.5. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos com insumos, a CONTRATANTE verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

21.1.15. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

21.1.15.1. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

21.1.15.2. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

21.1.15.3. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

21.1.16. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

21.1.17. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

21.1.18. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

21.1.19. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

21.1.20. O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

21.1.21. Não serão objeto de repactuação os percentuais de custos indiretos e lucro constantes da Planilha de Custos e Formação de Preços do contrato administrativo.

21.2. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO (REAJUSTE)

21.2.1. Condições de Reajustamento para os seguintes itens do Anexo VIII – Planilha de Custos e Composição de Preços: **2 – Fornecimento de mão de obra sem dedicação exclusiva; 4 - Fornecimento de materiais, 6 – Sistema de refrigeração e 7 - Recargas e/ou testes em extintores e mangueiras de incêndios**



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

21.2.1.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas;

21.2.1.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice **IPCA/IBGE**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

21.2.1.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

21.2.1.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

21.2.1.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

21.2.1.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

21.2.1.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

21.2.1.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

21.3. ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

21.3.1. Em relação ao **Item 7 - Anotação de Responsabilidade Técnica** - Para emissão de laudos e relatórios, considerando que se trata de cobrança de uma taxa tabelada, reajustada anualmente, deverão ser considerados os valores cobrados pelo CREA-SP para emissão de ART de obra ou serviço no exercício em questão, inclusive para provisionamento do contrato, nas oportunidades de aditamento de vigência contratual.

21.3.1.1. Não será objeto de revisão o percentual de custos indiretos e lucro constantes da Planilha de Custos e Formação de Preços referente ao item em questão.

21.4. Condições de Reajustamento para os seguintes itens, ATRELADOS À TABELA SINAPI, do Anexo VIII – Planilha de Custos e Composição de Preços: **3 - Fornecimento de mão de obra SEM dedicação exclusiva (eventual) - profissionais diversos, serviços e reparos imprevisíveis – Sob demanda e 5 - Fornecimento de materiais de consumo, peças e outros insumos de caráter imprevisível.**

21.4.1. OS VALORES PREVISTOS PARA OS ITENS 3 e 5 CORRESPONDEM A RESERVAS FIXAS ANUAIS e não serão objeto de reajustamento. Assim, em sendo constatado o subdimensionamento das demandas, deverá a Administração promover termo aditivo ao contrato de prestação de serviços cf. §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

21.4.2. Para todos os efeitos, sobretudo para o cômputo dos eventuais reajustes, a Data-base dos preços ofertados será a vigente no mês de apresentação das propostas, conforme dispõe o inciso



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

XI, art. 40, da Lei nº 8.666/93, Acórdão 467/2015 – Plenário do TCU e item 9.2.4, no Acórdão 1.238/2016¹ – TCU.

21.4.3. Para os itens constantes da tabela SINAPI, cumprido o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data base mencionada no subitem 21.4.2, será adotada a nova publicação da citada tabela, que será utilizada por mais 12 (doze) meses consecutivos e assim sucessivamente até o final dos 60 (sessenta) meses de vigência.

21.4.4. Não serão objeto de revisão os percentuais de desconto ofertados sobre os itens 3 e 5 – **que deverão permanecer fixos durante toda a vigência contratual** - e tampouco dos custos indiretos e lucro constantes da Planilha de Custos e Formação de Preços referentes aos itens em questão.

22. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

22.1. A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação

22.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

22.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

22.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

22.2.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

22.2.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

22.2.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

22.2.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

22.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

22.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

22.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco

¹ Disponível em: https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/*/?KEY%253AACORDAO-COMPLETO-1718971/DTRELEVANCIA%2520desc/0/sinonimos%253Dfalse. Acesso em: 06/07/2021.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

22.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

22.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

22.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

22.9. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

22.10. Será considerada extinta a garantia:

22.10.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

22.10.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

22.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

22.12. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste TR.

22.13. A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.

22.14. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

22.15. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

23.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

23.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

23.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

23.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

23.1.5. cometer fraude fiscal.

23.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

23.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

23.2.2. Multa de:

23.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

23.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

23.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

23.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

23.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

23.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

23.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

23.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

23.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 23.1 deste Termo de Referência.

23.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

23.3. As sanções previstas nos subitens **22.2.1**, **22.2.3**, **22.2.4** e **22.2.5** poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

23.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	5
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	4
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	3
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	2
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	3
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	1
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	2
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	1
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	3
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	1
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	1

23.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

23.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

23.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

23.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

23.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

23.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

23.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

23.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

23.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

23.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

23.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

23.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

23.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

24. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

24.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

24.2. Os critérios de **qualificação econômica** a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

24.3. Os critérios de **qualificação técnica** a serem atendidos pelo fornecedor serão:

24.3.1. Certidão de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou no CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), em plena validade, devendo constar objeto social em conformidade com o objeto da licitação;

24.3.2. Capacitação técnico-operacional: Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por período não inferior a três anos, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

24.3.2.1. Para fins da comprovação que trata este subitem, o(s) atestado(s) deverá(ão) dizer respeito à prestação de **serviços de manutenção preventiva e corretiva de instalações prediais** executados com, no mínimo, as seguintes características:

- a) Edificação com, no mínimo 4.158 m² (quatro mil, cento e cinquenta e oito metros quadrados) de área construída (avaliação de capacidade, considerando que o Edifício Sede do Coren-SP possui 8.316 m² de área construída);
- b) Prestação simultânea de serviços em 8 (oito) unidades distintas (avaliação de capilaridade, considerando que o objeto contratual é constituído por 17 (dezesete) locais de prestação de serviços, entre Sede, Coren-SP Educação, Subseções e NAPes);
- c) Utilização de, ao menos, 4 (quatro) profissionais em postos com dedicação exclusiva de mão de obra;
- d) Fornecimento de materiais, insumos, equipamentos, ferramentas e peças de reposição;
- e) Manutenção de equipamentos de refrigeração, correspondendo a, no mínimo, um total de 413.000 quatrocentos e treze mil) BTUs (avaliação de capacidade, corresponde a, aproximadamente, 50% do total de BTUs dos aparelhos de refrigeração a serem mantidos pela Contratada);
- f) Instalações com grupo motorizador, como fonte de energia secundária;
- g) Manutenção e/ou reposição de equipamentos de segurança no combate a incêndio (central de alarme, portas corta-fogo, luminárias de emergência e bomba de incêndio).

24.3.2.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

24.3.2.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5, de 2017.

24.3.2.4. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 12 (doze) meses serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

24.3.2.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

24.3.2.6. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

24.3.3. Capacitação técnico-profissional: Comprovação mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico - CAT, expedido pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) que participarão no acompanhamento da



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

execução do objeto, que demonstre a Responsabilidade Técnica (ART ou RRT) relativa à execução de serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, referindo-se a:

a) Serviços de manutenção preventiva e corretiva de Edificação com, no mínimo 4.158 m² (quatro mil, cento e cinquenta e oito metros quadrados) de área construída.

24.3.3.1. Os responsáveis técnicos e/ou membros de equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da Proposta Comercial, entendendo-se como tal, para fins deste instrumento, o sócio que comprove o seu vínculo por meio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em CTPS e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

24.3.3.2. No decorrer da execução dos serviços, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do art. 30, §10º da Lei nº 8.666/1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

24.3.4. Declaração de que instalará escritório na cidade de São Paulo ou em um raio máximo de 200 km da capital, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir da vigência do contrato, em cumprimento ao disposto no item 10.6, 'a', do anexo VII da IN SEGES/MP nº 05/2017. Caso a licitante já disponha de matriz, filial ou escritório no local definido, deverá declarar a instalação/manutenção do escritório.

24.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

24.4.1. Valor Global: R\$ 5.345.130,88 (cinco milhões, trezentos e quarenta e cinco mil, cento e trinta reais e oitenta e oito centavos).

24.4.2. Critérios de Valor para Aceitabilidade da Proposta Comercial (Itens do Anexo VIII – Planilha de Custos e Formação de Preços)

24.4.2.1. Item 1: Estimativo, com exceção dos valores unitários definidos para os itens componentes do Módulo 5 - Insumos Diversos (uniformes, EPI's, insumos, ferramentas e equipamentos) e dos percentuais definidos para os Custos Indiretos constantes do Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro, aos quais o Coren-SP definiu valores unitários e percentuais máximos aceitáveis; de forma que será desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo de referência fixado pela Administração.

24.4.2.2. Itens 2 e 4, 6 a 8: Máximo Aceitável, de forma que será desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus valores unitários supera o correspondente valor de referência fixado pela Administração.

24.4.3. Como o regime de execução será o de empreitada por preço global, será desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração.

24.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

24.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

25. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

25.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 5.345.130,88 (cinco milhões, trezentos e quarenta e cinco mil, cento e trinta reais e oitenta e oito centavos).

26. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

26.1. As despesas decorrentes da contratação serão acobertadas pelo Elemento de Despesa:

26.1.1. 6.2.2.1.1.33.90.39.002.017 – Manutenção e conservação de bens imóveis.

São Paulo, 30 de março de 2023.

Integrante Requisitante / Técnico	Viviane Vanessa de Sousa Coordenadora de Área - GEAD Matrícula 539
Integrantes da Área de Apoio Administrativo	Andreia Alves de Lima Gerente de Compras e Contratos Matrícula 1125
Responsável para Área Requisitante	João Marcos do Nascimento Gerente – GEAD Matrícula 1187